



POLÍTICA MILITAR, QUE POLÍTICA?

Luigi Galigaris

Antes de examinar o significado e as funções da política militar, é necessário antecipar algumas observações sobre o quadro geral no qual essa política se insere, bem como múltiplos aspectos da vida nacional que a ocasionam, dirigem, influenciam muitas vezes, a condicionam.

Na realidade, o problema "político-militar" não pode ser considerado um elemento isolado, porquanto se constitui numa contribuição determinante, não somente das Forças Armadas para a consecução de uma "moldura de segurança" apta a garantir ao país as condições essenciais para a vida, o desenvolvimento e o progresso.

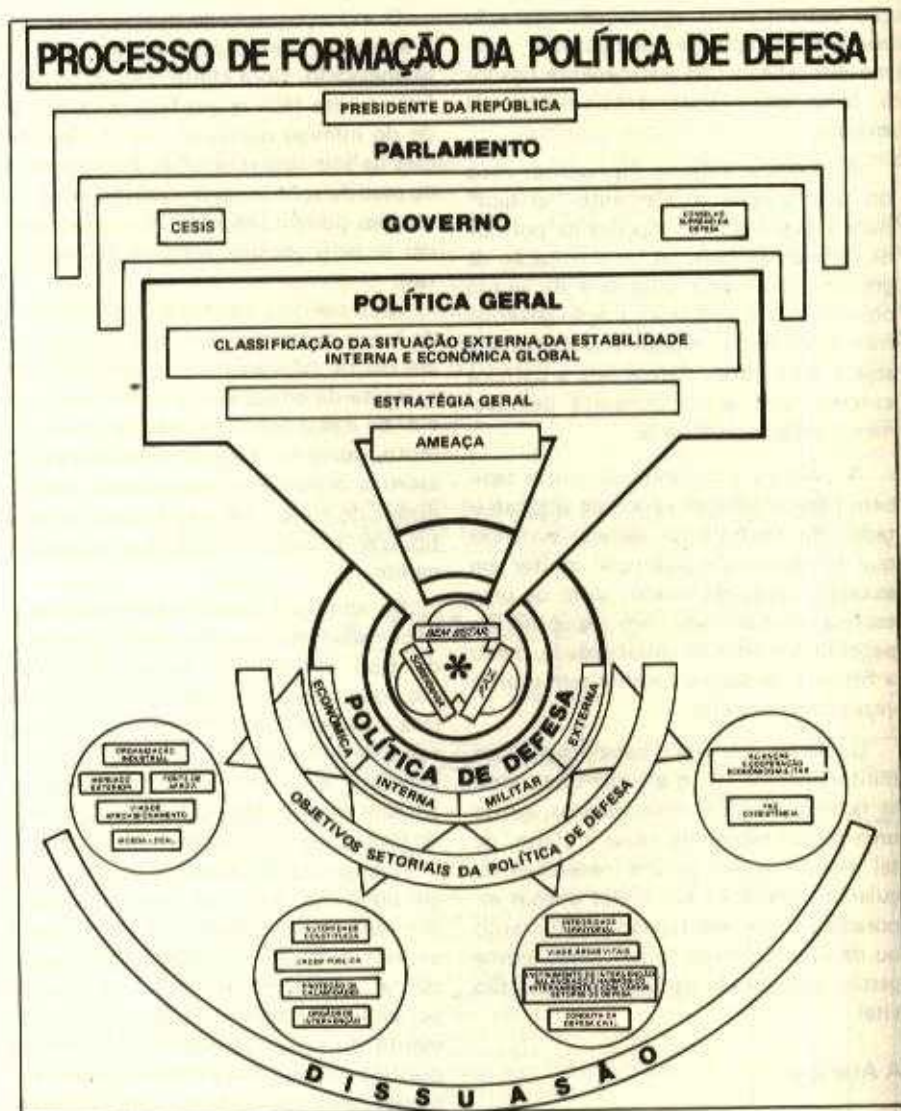
A segurança constitui, portanto, uma componente muito significativa da problemática nacional e, como tal, representa uma concreta expressão da vontade política nas declarações pragmáticas do governo, de onde emanam orientações serem tomadas e opções a serem ado-

tadas, com a finalidade de assegurar a estabilidade interna e externa (nos limites do território nacional). Sem segurança, o país não pode progredir nem sobreviver.

A Política de Defesa

No quadro da política geral do país, configura-se a adoção de uma política de defesa que, em harmonia com as exigências da segurança, esteja em posição de estabelecer, de determinado modo, em determinada medida e para determinado fim, as forças e os recursos nacionais que devam ser empregados para a consecução de um aparelho defensivo de credibilidade.

Muitos setores da vida nacional integram-se na "política de defesa" e na conseqüente "concepção estratégica" que se derivam de uma clara definição de "ameaça" potencial ao país e da consequente posição harmônica com outras "políti-



implicações políticas diretas e colaterais.

Mais do que nunca, nesse caso, é preciso que a apreciação político-militar da ação a executar seja avaliada também sob o aspecto da política externa que, entre outras coisas, pode participar ativamente com organismo militar para fazer frente com oportunidade, propondo relacionamentos e alianças com outras Nações.

Postura da Concepção Estratégica

Depois da Segunda Guerra Mundial, a "dissuasão" se investia de autoridade qual neologismo para adjetivar as novas concepções estratégicas; vinha assim implicitamente e explicitamente, atribuindo ao poder militar a tarefa de prevenir antes do que dirigir os conflitos.

Por tal motivo, no seio da OTAN, se atribui à estratégia e à organização militar a missão de executar uma função digna de crédito, de dissuasão e de defesa, não apenas excluindo uma conotação "ofensiva" qualquer que seja, mas também atribuindo um claro significado prioritário ao aspecto dissuasório.

Na União Soviética tal ordem de prioridade não é estabelecida, porque à defesa se atribui máxima importância, deixando-se à dissuasão uma função subordinada e conseqüente, tornando assim mais facilmente solucionável o problema defensivo ao qual vem atribuída exclusivamente uma missão precipuamente militar. Não é assim para o Ocidente, visto que a dissuasão é, de origem, mais política que militar; o valor a lhe ser atribuído não é facilmente determinado, a validade das opções feitas em seu nome não é concretamente avaliável, enquanto que seus sucessos "pressupostos" só são demonstráveis com provas negativas em

vez de positivas. A dissuasão, portanto, está incluída na área de ação da política militar e não do militar "tout court", e com ênfase sobre o adjetivo político.

É, portanto, necessário que as opções políticas sejam militarmente válidas ou pelo menos aceitáveis e que defesa e dissuasão se complementem entre si, para que seja evitado, em qualquer caso, o perigo de uma dissociação entre as duas. No caso disso acontecer, a organização operacional, último e principal elemento para dar credibilidade seja à dissuasão seja à defesa, seria sujeita a motivações e solicitações as mais diversas, tais como modificar o equilíbrio de sua estrutura e de suas funções. Adverte-se, assim, antes e durante o procedimento de elaboração da política de defesa (que se concretiza na formulação e na averiguação da concepção estratégica), o primeiro ponto de contacto entre o quadro político e o militar, de cuja harmônica relação derivam-se a oportunidade e a credibilidade da opção.

O Financiamento da Defesa

Por último, mas certamente o não menos importante entre os principais aspectos de relevância política militar, está o aspecto financeiro com suas conseqüências quantificáveis não somente no que diz respeito à política de defesa, mas também no que se refere à política geral do país.

Não parece realístico dedicar todas as atenções à melhoria do quadro econômico interno, sem aplicar, no decorrer desses procedimentos, substanciais investimentos no setor da defesa, como verdadeiras apólices de seguro contra o imprevisível e o imprevisível.

Além disso, um país em expansão econômica e com uma estrutura indus-

trial não pode condicionar-se a opções autárquicas e introspectivas; terá de, necessariamente, orientar seus esforços, em termos econômico-financeiros, especialmente os voltados ao exterior, e isso requer seja uma política externa iluminada e que haja um esforço de política de defesa na tutela dos próprios interesses, conduzida seja a nível nacional seja no quadro dos compromissos nacionais e/ou plurinacionais.

Em nossa sociedade atual, conhecida como "sociedade de consumo", somos, porém, levados a minimizar a importância dos assuntos anteriores, por não serem passíveis de retorno político a curto prazo, visto que a difícil compreensão desses assuntos por parte da opinião pública leva-a, como consequência, a negar-lhes a oportunidade ou a reduzir-lhes a importância; tudo isso se traduz, necessariamente, numa vontade de anular ou pelo menos minimizar os custos relativos à defesa.

Não é porém concebível nem realizável, no contexto do atual quadro político nacional e internacional, a negação das necessidades de defesa, ou seja, do aparelhamento das forças e custos consequentes; uma providência de tal espécie, quase que absurda e talvez, por isso mesmo, requereria uma vontade política muito mais forte do que a necessária a fazer sobreviver, numa situação estável, as Forças Armadas, caso estivessem elas desgastadas.

Chegou-se, assim, em muitos países ocidentais, e também na OTAN, a não fixar os financiamentos para as Forças Armadas em função dos demais fatores considerados, mas estabelecendo uma ligação, absolutamente artificial, em termos de percentagem e alguns indicadores significativos da vida econômica nacional. Não é certamente assim na União

Soviética, onde se segue, sempre que possível, nos financiamentos para a defesa, uma lógica consequente da política geral do país.

A atual orientação ocidental tem, sem dúvida, consequências obscuras no que diz respeito ao problema da defesa. Acontece, na realidade, que:

- as despesas da defesa, por serem ligadas à economia nacional, crescem e diminuem em função desta última, independentemente da variação da ameaça que deva ser enfrentada ou da política a sustentar;
- tal visão arbitrária dos investimentos em "res militar" produz reflexos que confundem as próprias Forças Armadas, que se vêem a enfrentar dificuldades lógicas no qualificar as próprias despesas.

Concluindo sobre este aspecto do problema, pode-se dizer que:

- o custo global da defesa deveria ser determinado em função das necessidades da segurança e da política geral do país;
- os recursos disponíveis deveriam condicionar as dimensões e o custo do problema da defesa, mas não defini-lo com certeza.

Na definição de um justo "encargo" financeiro para a defesa observa-se outro indispensável ponto de encontro entre políticos e militares.

O que é a Política Militar

No curso da tentativa de esclarecer o problema da defesa, mais de uma vez faz-se menção à oportunidade de que haja um diálogo construtivo entre políticos e militares, e que as decisões políticas, que se referem à defesa, possam

ser transformadas em importantes ações militares.

Tais exigências são reunidas sob uma única função, a "político-militar", que, conhecida como o "ponto de convergência das divergências", concretiza-se ou num "assessoramento militar" ou numa atividade que tenha a finalidade de dar início à formulação das decisões políticas no âmbito militar.

O "assessoramento" representa a contribuição "político-militar" à formulação da política de defesa e à avaliação, de comum acordo com outros setores da vida nacional institucionalmente envolvidos, das modalidades e dos meios mais apropriados para transformá-la em realidade, definindo assim a estratégia a ser adotada no âmbito geral e contingente.

Trata-se, por conseguinte, de uma participação conceitual, não de ordem "técnica", como outrora erroneamente se pensava, mas "político-militar", onde uma séria e profunda avaliação "técnico-militar" constitui a indispensável condição de base para a sua formulação, mas não certamente o produto acabado.

De fato, a sempre maior conscientização das atividades militares, por parte da opinião pública e dos meios de divulgação de massa, leva os políticos a tratar de assuntos, antes considerados da exclusiva pertinência militar, e os militares a serem muitas vezes solicitados a

essa co-participação; como consequência, deriva-se uma faixa de indeterminação entre o que compete aos políticos e aos militares, o que poderia prejudicar a clareza das decisões.

É necessário, por conseguinte, que o militar pense não politicamente, mas em "termos políticos", e que tenha condições de exprimir uma opinião não independente, porque é entrosada num contexto político, mas autônoma, só assim poderá oferecer uma valiosa e essencial colaboração de pensamento às decisões políticas.

O "assessoramento militar" deve ser expresso, seja no que diz respeito aos problemas político-militares de responsabilidade do Ministério da Defesa, seja sobre os aspectos político-militares dos problemas entrosados no mais amplo quadro da política de defesa e tratados por outros Ministérios; todos os dois aspectos da atividade consultiva possuem reflexos nacionais e internacionais, e subentendem uma grande variedade de relações com vários órgãos.

O "assessoramento", atividade que pode ser definida como "ascendente" porque é dirigida para áreas de responsabilidade, superiores ou fora da "política militar", não esgota as atribuições dessa última política que, para concretizar-se, deve provocar providências "descendentes", que partam da cúpula polí-



O Coronel LUIGI GALIGARIS (Exército Italiano) tem curso de Estado-Maior junto ao Staff College britânico. É membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos e da Royal United Services Institution. Foi adido militar em Londres e exerce atualmente a função de Chefe do Escritório de Política Militar do Estado-Maior da Defesa da Itália.

tico-militar e que sejam dirigidas às Forças Armadas.

Fazem parte de tal categoria: a preparação do organismo militar em conformidade com a concepção estratégica nacional; a contribuição à definição das despesas militares compatíveis aos fins do planejamento e da programação do orçamento da defesa; a política de pesquisa, desenvolvimento e provimento dos materiais; a "gestão" do organismo operacional de paz, em períodos de crise ou durante as hostilidades.

Essas atividades, para serem conduzidas de modo responsável e eficiente, devem pressupor uma concepção estratégica clara e iluminada, uma visão política para o exterior e o interior do país

coerente e de longo prazo, um apoio financeiro adequado, uma visão verdadeiramente inter-forças e funcional dos problemas das Forças Armadas e, por último, mas nem por isso menos importante, uma responsável e informada participação do país nos problemas da defesa.

No caso de uma ou mais dessas condições não serem realizáveis de modo adequado, o produto acabado nunca poderá refletir fidedignamente as idéias-objetivo que deveriam ser claramente expressas no seio da política de defesa como sujeito-objeto da política militar, deixando a esta última só o papel formal de "ligação" e não de "interface" entre necessidades conflitantes, que não se conciliam e que são pouco conciliáveis.

Transcrito da "Rivista Militare", tradução do Ten Cel Bruno Tosetti (Exército Italiano, diplomado pela ECEME, Turma 1980).